

RESUMO

Tempo de leitura entre 3 e 4 minutos.

O cenário econômico global e nacional apresenta desafios e oportunidades únicas em 2024. As decisões de política monetária nos Estados Unidos e no Brasil, as variações nos índices de inflação e o desempenho do mercado de trabalho brasileiro têm moldado um panorama econômico complexo.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED) sinalizou o início do processo de flexibilização monetária, mesmo com o Índice de Preços do Consumidor (CPI) encerrando agosto em 2,9% no acumulado em 12 meses, acima da meta de 2,0%. A decisão de redução da taxa de juros em 0,5 ponto percentual (p.p.) foi influenciada pelos sinais de desaquecimento do mercado de trabalho americano, com a taxa de desemprego alcançando 4,2% em agosto de 2024, 0,4 p.p. acima do observado no mesmo mês do ano anterior.

O Banco Central do Brasil decidiu apertar um pouco mais o cinto da economia. Em sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a taxa básica de juros, a Selic, de 10,50% para 10,75% ao ano. A decisão foi unânime, tanto do atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, quanto o futuro presidente indicado do Banco Central, Gabriel Galípolo, que atualmente é um dos diretores que compõe o COPOM. O Banco Central está promovendo esse aumento devido a diversas preocupações com sinais da economia. A atividade econômica tem se mostrado mais robusta do que o previsto, enquanto o mercado de trabalho apresenta sinais de aquecimento. Além disso, a inflação está subindo em um ritmo mais acelerado do que o antecipado, e tanto indivíduos quanto empresas estão projetando uma inflação futura mais elevada. Ao elevar as taxas de juros, o BC visa controlar esses fatores e reconduzir a inflação à meta estabelecida.

No Brasil, o IPCA acumulado em 12 meses foi de 4,2% em agosto de 2024. Apesar de estar dentro da meta de inflação, este patamar ainda exige atenção das autoridades monetárias. A pressão inflacionária é agravada pela crise hídrica, que levou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a acionar a bandeira tarifária de energia elétrica vermelha, elevando o custo da energia.

O mercado de trabalho brasileiro continua apresentando vigor. A taxa de desocupação atingiu 6,8% em julho, 1,1 p.p. abaixo do observado no mesmo mês do ano anterior. Este resultado positivo reflete a força da atividade econômica nacional.

A massa real de rendimentos habitualmente recebidos também apresentou crescimento significativo. No trimestre encerrado em dezembro de 2023, alcançou R\$ 307,2 bilhões, um aumento de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este aumento na massa salarial tem sido fundamental para sustentar o consumo das famílias, que avançou 1,3% no segundo trimestre de 2024.

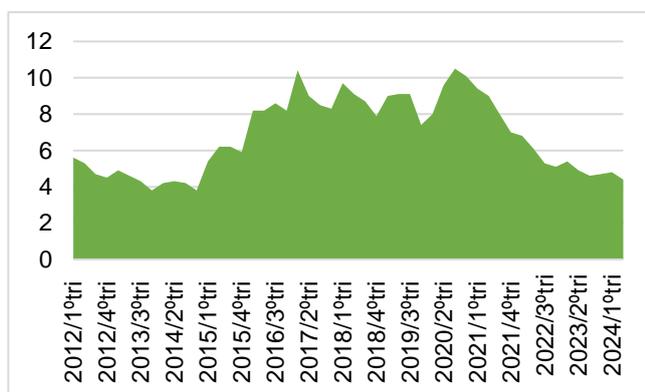
O cenário econômico brasileiro atual revela uma combinação de fatores que justificam a decisão do Banco Central de aumentar a taxa Selic. O mercado de trabalho apresenta um desempenho robusto, com a taxa de desocupação em queda e um crescimento expressivo na massa real de rendimentos dos trabalhadores. Esses indicadores positivos refletem uma economia nacional em expansão, com maior poder de consumo das famílias. Contudo, essa dinâmica positiva também traz consigo pressões inflacionárias, com o IPCA acumulado em níveis que, embora dentro da meta, exigem vigilância constante. Além disso, a crise hídrica e o consequente aumento no custo da energia elétrica impõem uma pressão adicional sobre os preços. Diante desse contexto, o aumento das taxas de juros pelo Banco Central é uma resposta proativa para moderar o ritmo da demanda, controlar a inflação e assegurar a estabilidade econômica a longo prazo. Com isso, busca-se garantir um ambiente econômico favorável tanto para o consumo quanto para o investimento, promovendo um crescimento sustentável e equilibrado.

DESTAQUE: ECONOMIA PARANAENSE EM FOCO

Tempo de leitura de 1 minutos.

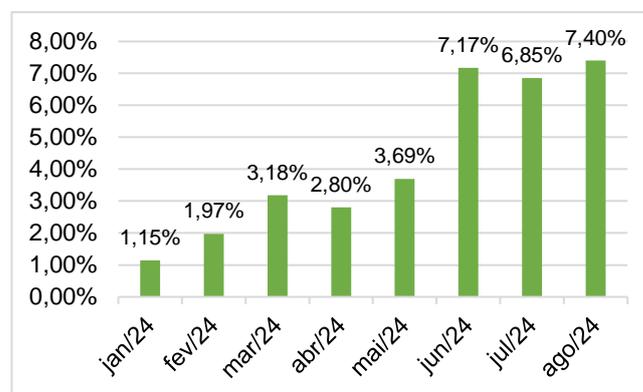
- O Paraná registrou uma taxa de inflação de 7,40% nos últimos 12 meses até agosto de 2024 segundo o IPARDES, ligeiramente acima da média nacional de 4,59% para alimentos e bebida, calculada pelo IBGE. Vale destacar que o IPARDES calcula o índice de inflação no Paraná apenas para alimentos e bebidas. Foz do Iguaçu contribuiu para esse crescimento com uma taxa de inflação de 9,35%, seguido de Cascavel (8,38%), Londrina (7,79%) e Ponta Grossa (7,55%);
- Na variação mensal, a taxa de inflação, calculada pelo IPARDES, apresentou uma deflação de -0,60%, ligeiramente abaixo da média nacional de -0,44%, para alimentos e bebidas, calculado pelo IBGE. Ponta Grossa contribuiu com essa deflação com uma taxa de -0,99%, seguido de Cascavel (-0,67%), Curitiba e Londrina (-0,60%);
- No mercado de trabalho, o estado apresenta um cenário positivo, com a taxa de desemprego atingindo 4,4% em junho de 2024, a menor em 10 anos e consideravelmente abaixo da taxa nacional de 6,9%. A Região Metropolitana de Curitiba apresentou uma taxa de desocupação de 5,2%, enquanto a capital Curitiba apresentou uma taxa de 4,9%, ambas regiões ligeiramente maior que a média do Estado;
- A massa real de rendimentos alcançou R\$ 20,5 bilhões, o volume mais alto da série histórica, impulsionando o consumo interno. Tanto a Região metropolitana quanto a cidade de Curitiba tiveram aumento da massa real de rendimento, totalizando R\$ 8,3 bilhões e 5,8 bilhões, respectivamente.
- As exportações paranaenses sofreram uma queda de 6,0% no acumulado até agosto de 2024 em comparação com 2023, principalmente devido à redução nas exportações de milho (-70,8%).
- As importações, por outro lado, cresceram 4,16% no mesmo período, principalmente os setores de máquinas e equipamentos, veículos automóveis, combustíveis e adubos
- Como resultado, o saldo comercial do estado registrou uma retração de 31,9%, mas com um saldo positivo de R\$ 3,24 bilhões. A queda nas exportações está diretamente relacionada à redução da safra devido à estiagem severa desde abril de 2024.

Gráfico 1: Taxa de desocupação no Estado do Paraná, taxa trimestral (%).



Fonte: IBGE.

Gráfico 2: Taxa de Inflação no Estado do Paraná, variação acumulada em 12 meses (%).



Fonte: IPARDES (2024)